

Financiamento do ensino superior em moçambique: A participação dos estudantes/famílias na província de gaza**Financing of higher education in mozambique: The participation of students/families in gaza province**

DOI:10.34117/bjdv6n12-575

Recebimento dos originais: 22/11/2020

Aceitação para publicação: 22/12/2020

José Amilton Joaquim

Doutor em Sociologia Económica e das Organizações
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa
E-mail: jhamylton@yahoo.com.br

Luísa Cerdeira

Doutora em Ciências da Educação
Universidade de Lisboa
E-mail: luisa.cerdeira@ie.ulisboa.pt

RESUMO

O crescimento massivo da população estudantil nas instituições de ensino superior tem desafiado as modalidades tradicionais de financiamento público. Para fazer face a tais desafios, as políticas de partilha de custos têm sido uma das opções a que os governos têm vindo a recorrer. Nessa partilha, é importante que, em função das características sociais e económicas dos estudantes e famílias, as questões relacionadas com a equidade e acessibilidade sejam acauteladas. Com este estudo pretende-se apresentar as opiniões dos estudantes do ensino superior da província de Gaza, em relação as suas características socioeconómicas, fontes de rendimentos e os custos diretos e indiretos acarretados, recolhidas a partir de um inquérito por questionário. Os resultados revelam que os custos dos estudantes não se restringem apenas nos custos de estudos, ou de educação, como também de os custos de vida ou de subsistência, que tendem a ser muito mais onerosos. A família dos estudantes, apesar de auferirem rendimentos médios e baixos e sem muita instrução, é a fonte principal de financiamento dos estudantes no ensino superior.

Palavras-chave: Financiamento do ensino superior, políticas de partilha de custos, características socioeconómicas dos estudantes, custos de educação e de vida, acessibilidade ao ensino superior.

ABSTRACT

The massive growth of the student population in higher education institutions has challenged the traditional modalities of public funding. To cope with such challenges, cost-sharing policies have been one of the options that go hand in hand with governments. In this sharing, it is important that, due to the social and economic characteristics of students and families, issues related to equity and accessibility are taken care of. This study intends to present the views of the students of the higher education of the province of Gaza, regarding their socioeconomic characteristics, sources of income and the direct and indirect costs, collected from a questionnaire survey. The results show that students' costs are not only restricted to the costs of studies but also of subsistence, which tend to be much more costly. The family of students, despite earning average and low incomes and without much education, is the main source of funding for students in higher education.

Keywords: Financing of higher education, cost sharing policies, socioeconomic characteristics of students, costs of studies and subsistence, accessibility to higher education.

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior no início do século XXI tornou-se cada vez mais importante, quer para os países altamente industrializados, como para os da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), até aos países em desenvolvimento, o ensino superior é visto como uma base para as sociedades civis democráticas, um motor de crescimento económico e um instrumento de política para o avanço da mobilidade económica individual e justiça social (Johnstone, 2005).

O financiamento constitui um dos mecanismos importante na definição dos resultados do ensino superior, como uma organização com as suas peculiaridades e responsabilidade no âmbito social, que o diferencia de outras organizações. Nas dimensões relacionadas com a qualidade, eficiência, acesso, equidade e capacidade de resposta do próprio sistema de ensino.

Em Moçambique, o Estado apresenta-se como o maior financiador das instituições do ensino superior públicas e a comparticipação dos estudantes/famílias parece ser muito reduzida. Como é referido por Fonteyne e Jongbloed (2018, p. 24), “o actual mecanismo de financiamento em Moçambique continua a basear-se, em grande parte, no financiamento direto das IES Públicas pelo orçamento do Estado, com uma partilha de custos mínima por parte do estudante”.

E acrescentam que as instituições privadas, no entanto, tendem a oferecer programas de baixo custo mais lucrativos, acrescentando mais graduados em áreas que já estão superlotadas.

No entanto, é preciso perceber que a partilha de custos para o acesso ao ensino superior por parte dos estudantes e famílias não se restringe apenas aos custos de educação, mas também a outros custos latentes, que podemos designar por custo de vida ou de subsistência durante o período em que o estudante se encontra a frequentar o ensino superior.

Quando se pensa na capacidade para pagar pela educação no ensino superior e garantir a acessibilidade financeira deve-se tomar em consideração, conforme Cerdeira *apud* Usher e Cervenán (2005), os indicadores de capacidade para financiar os estudos que acoplados, constituem os custos totais, a saber: Custos de Educação ou de Estudos, as propinas, incluindo as taxas de inscrição e das disciplinas e matrículas, os livros e materiais escolares; Custos de Vida ou de Manutenção, alojamento e alimentação e o Apoio Social a partir de bolsas de estudos.

Para que não se esteja a incorrer o risco de optar por mudanças e inovações organizacionais que influenciadas e intensificadas pelos mercados globais levem ao predomínio de procedimentos, que se centram na eficiência em detrimento e recuo das experiências centradas no fator humano (Kovács, 2006).

Em Moçambique a preocupação com o acesso e equidade ao ensino superior vem desde o período em que o país ascendeu a independência em 1975, com a criação do Sistema Nacional de Educação, em que se pretendia reverter todas as políticas de exclusão que os moçambicanos eram sujeitos no período colonial.

Como se pode ler no sumário da lei, que concedia as linhas gerais da educação, Lei 4/83 do Sistema Nacional de Educação (SNE) “O Sistema Nacional de Educação garante o acesso dos operários, dos camponeses e dos seus filhos a todos os níveis de ensino, e permite a apropriação da ciência, da técnica e da cultura pelas classes trabalhadoras”, p. 13.

E até aos dias atuais segundo as informações da Direção Nacional do Ensino Superior (2018), o acesso ao ensino superior constitui um dos principais pilares de desenvolvimento do ensino superior para além da **expansão e qualidade**.

Assim, sendo os estudantes os principais protagonistas no ensino superior, pretende-se com este estudo apresentar os resultados referentes a opinião dos estudantes que se encontram a frequentar o ensino superior na província de Gaza em relação as suas características socioeconómicas, fontes de rendimentos e os custos diretos (de frequência de ensino superior), indiretos (outras despesas de vida).

Este estudo está organizado em 7 sessões, na segunda sessão faz-se uma breve consideração sobre a partilha de custos, na terceira a metodologia, na quarta as características socioeconómicas dos estudantes do ensino superior, na quinta as fontes de rendimentos, na sexta os custos com a educação e de vida dos estudantes do ensino superior e no fim as considerações finais.

2 PARTILHA DE CUSTOS NO FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

A história tem mostrado que o Estado sempre foi, e continua a ser, o guardião dos sectores sociais básicos como por exemplo da educação no geral ao nível global, cumprindo com a sua obrigação na prestação dos serviços públicos que contribuam para a redução das assimetrias.

Recordam Chevaillier e Eicher (2002) que há mais de 30 anos, na década 80, era feita uma distinção clara entre os países em que as instituições de ensino superior cobravam taxas substanciais de ensino e aquelas que aplicavam o princípio do ensino superior gratuito.

Nos últimos vinte anos viram-se grandes mudanças na forma como o ensino superior é financiado em muitos países. Mudanças que resultam dos desafios enfrentados pelos governos de todo o mundo, tanto nos países industrializados, como nos países em desenvolvimento, que visam reformar o financiamento do ensino superior em resposta às duas pressões, o aumento pela procura e os orçamentos públicos fortemente limitados conforme as pesquisas de vários autores como (Johnstone, 2001, 2005, 2010, 2016), (Tekleselassie & Johnstone, 2004), (Woodhall, 2007), (Barr, 2007), (Marcucci & Johnstone, 2007), (Vossensteyn & Jong, 2006), (Hauptman, 2007), (Cerdeira, 2008).

Em resposta aos mesmos desafios, conforme Johnstone (2010), em todo o mundo está-se recorrendo a receitas não-governamentais ou privadas para o apoio contínuo das instituições de ensino superior, a partir da partilha de custos. Que se manifestam sob a forma de propinas (cobrindo uma parte dos custos do ensino) ou outros encargos nos países onde a taxa de matrícula do ensino superior era anteriormente gratuita, mudanças nos sistemas de auxílio aos estudantes, uma mudança para empréstimos estudantis para complementar ou substituir os subsídios.

Assim para Johnstone (2001a) o termo "partilha de custos", em referência ao ensino superior em todos os países e em todas as situações pode ser visto como sendo feita por de quatro agentes principais: (1) o governo/contribuintes; (2) pais; (3) alunos; e/ou (4) mecenas individuais ou institucionais.

No entanto, segundo Cabrito (2004), o diferenciar as proveniências de financiamento surge, para as instituições de ensino superior, como o último "mandamento" dos governos liberais e significa buscar fundos para além dos públicos, seja por meio da venda/prestação de serviços, da investigação "vocacionada" para o mercado ou do aumento das contribuições dos estudantes, p. 980.

Johnstone (2001a) mostra que o termo partilha de custo, tal como veio a ser utilizado, refere-se à mudança de pelo menos parte da carga de custos educacionais mais elevados do governo ou dos contribuintes para os pais e alunos.

Esta perspectiva de responsabilizar os estudantes pelos custos no ensino superior tem sido influenciada pela teoria do capital humano desenvolvido por Schultz (1961) e prosseguido por Backer (1993).

A teoria de capital humano assenta no fundamento, segundo Eicher (1998, p. 36) de que "a educação é um investimento no homem, que aumenta a sua produtividade e conseqüentemente os seus ganhos".

No entanto, vários são os questionamentos sobre o que é que a política de partilha de custos que em muitos países representa uma carga de custos para os estudantes e suas famílias imediatamente significa em termos de acesso ao ensino superior. Os estudantes e suas famílias podem atender a esses custos crescentes? Ou eles impedirão que os alunos em potencial particularmente os de origem desfavorecida, ingressem no ensino superior? Será que os custos mais altos impedirão que os alunos se matriculem em seu programa ou instituição preferencial?

Apesar das políticas de partilha de custos variarem de país para país, influenciados pelo contexto cultural e política e económica de cada país. Nas fontes privadas de financiamento, Johnstone (2014) questiona a adequação das taxas de matrículas que em algum momento não consideram os meios e a capacidade das famílias em pagar.

E como se no bastasse, como referido por Zeleza (2016) embora críticas, as propinas só

constituíam um dos pontos críticos dos custos de frequência ao ensino superior. Outros custos incluem despesas de subsistência, que podem ser superiores às propinas.

Num olhar para as novas tendências de financiamento no contexto africano, Ogachi (2011) observa que, se antes da década de 1990, as ameaças à liberdade académica eram caracterizadas pela censura estatal de processos de ensino e aprendizagem nas instituições. Com o início das práticas neoliberais nas instituições, a partir da década de 1990, o Estado como uma ameaça à liberdade académica e à autonomia institucional na África foi substituído pelo mercado.

Assim, para Woodhall (2004, p. 39), do mesmo jeito que a partilha de custos constitui um “imperativo” para vários governos, deve também ser um imperativo que os governos concebam e implementem sistemas equitativos e eficazes de apoio aos estudantes para ajudar aqueles que de outra forma seriam negados a ter acesso ao ensino superior por razões de pobreza e necessidade financeira.

Como forma de fazer face a isso, diversos apoios, conforme Cerdeira (2008), têm sido dirigidos de forma geral para qualquer estudante em função da sua condição social e económica, mas também têm sido direccionados a certos grupos de estudantes em função do baixo rendimento ou em função de outras particularidades específicas, que variam de realidade para realidade como género, raça ou incapacidade.

No entanto, Vossensteyn (2009, p. 177), afirma que “a partilha de custos que também ocorre através da redução de subsídios para estudantes e suas famílias, implica que os estudantes de hoje devem confiar mais em empréstimos estudantis ou recursos próprios do que em subsídios e bolsas de estudos”.

3 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado em Moçambique na província de Gaza nos meses de Janeiro e Março do ano 2018 e contou com a participação de 8 instituições do ensino superior, 3 públicas e 5 privadas, localizadas nos distritos de Chókwè, Chibuto, Chongoene e Xai-Xai. Os dados dos estudantes foram recolhidos a partir de um modelo de inquérito por questionário que tem sido usado em estudos internacionais referentes a *Partilha de Custos* como é o caso do projecto CESTES-Custo de Estudante no Ensino Superior em Portugal (CESTES I em 2010/11; CESTES II em 2015/2016). Referir que o modelo de inquérito passou por um processo de validação para adequar-se ao contexto da realidade Moçambicana.

No estudo foi utilizado o método de amostragem probabilística estratificada, para uma amostra inquirida de 607 estudantes.

Os estudantes que participaram do estudo apesar de serem oriundos das três regiões, Norte, Centro e Sul do país, o maior número (83%) pertence a província de Gaza local onde foi realizado o estudo empírico.

Dos estudantes inquiridos conforme a amostra, 53.8% que constitui percentagem mais elevada são do sexo feminino e 46.2% do sexo masculino.

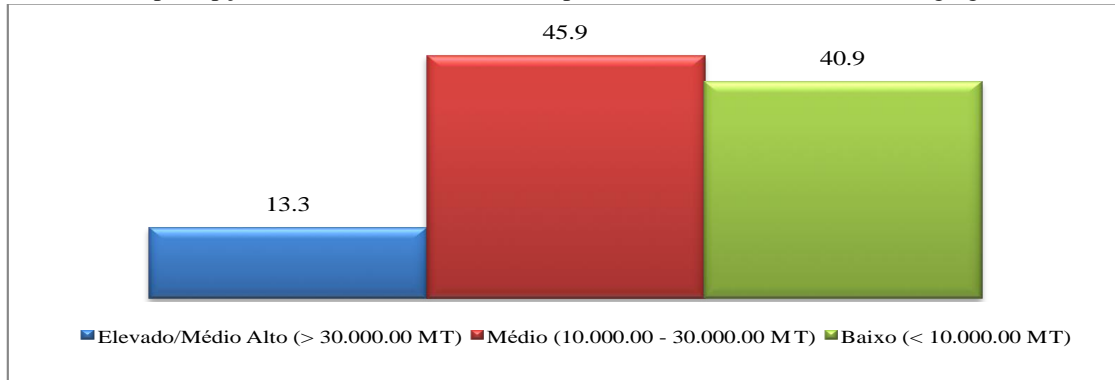
Em relação a idades dos estudantes, a maioria dos estudantes com uma percentagem de 71.7% tem idades compreendidas entre os 21 a 30 anos. A percentagem dos estudantes com idade maior que os 30 anos é de 28.3%.

4 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÓMICAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

4.1 OPINIÃO DOS ESTUDANTES EM RELAÇÃO AO RENDIMENTO DO SEU AGREGADO FAMILIAR

Em relação aos rendimentos dos agregados familiares, os estudantes na sua maioria (45.9%) e (40.9%), vem de famílias com médio e baixo rendimentos, respectivamente.

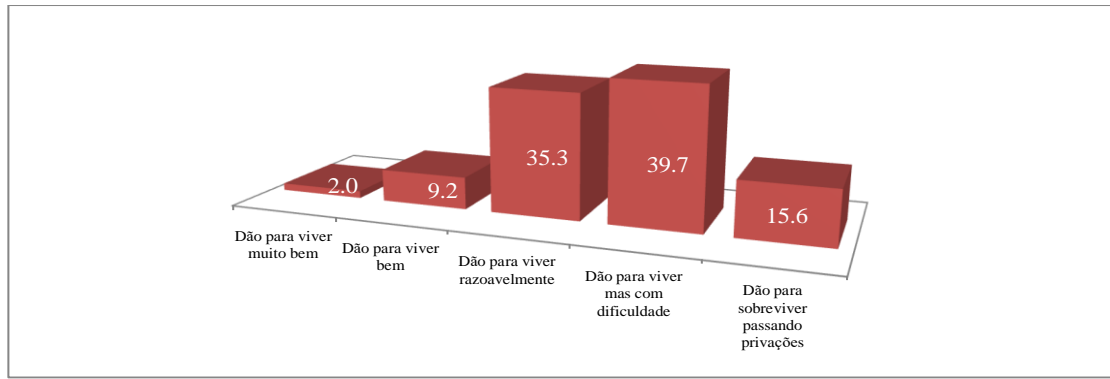
Gráfico 1: A percepção dos estudantes do ensino superior sobre o rendimento do seu agregado familiar



Fonte: Autores

A avaliação qualitativa que os estudantes fazem dos rendimentos dos seus agregados familiares, mostra que para a maioria (39.7%) dão para viver mas com dificuldades e segue-se os estudantes que referiram que dão para viver razoavelmente (35.3%).

Gráfico 2: Avaliação do rendimento do agregado familiar

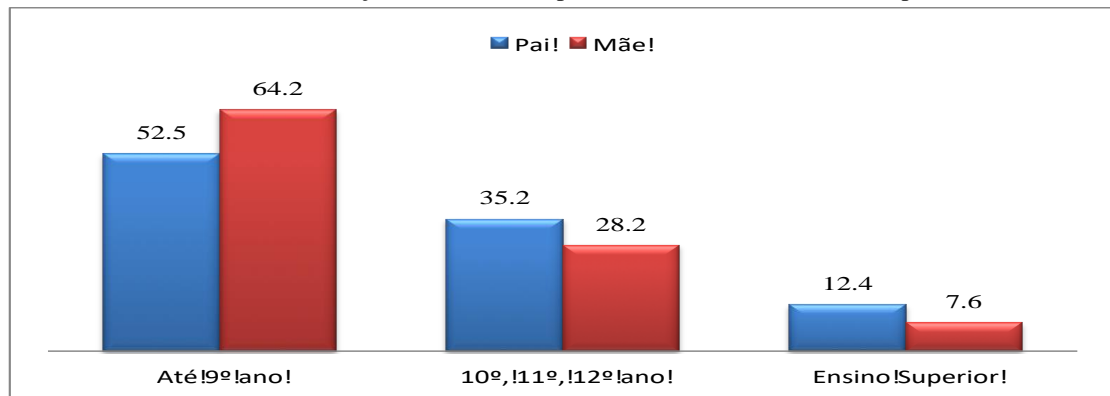


Fonte: Autores

4.2 OPINIÃO DOS ESTUDANTES EM RELAÇÃO AS HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DOS PAIS

Como se pode ver no gráfico abaixo, o nível de habilitações literárias dos pais do maior número dos estudantes é o mais baixo com 64.2% para as mães com um nível de escolaridade até ao 9º e 52.5% para os pais.

Gráfico 3: Habilitações literárias dos pais dos estudantes do ensino superior

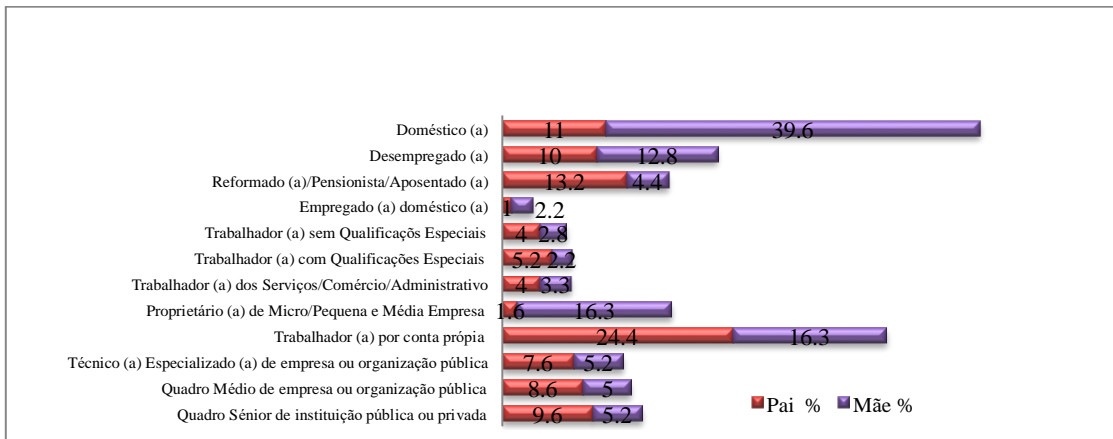


Fonte: Autores

4.3 OPINIÃO DOS ESTUDANTES EM RELAÇÃO AO GRUPO OCUPACIONAL DOS SEUS PAIS

A ocupação dos pais dos estudantes que mais se destacou está relacionada com as atividades domésticas. Sendo mais evidente para as mães dos estudantes (39.6%) em relação aos pais (11%). Um grupo também significativo dos estudantes têm seus pais enquadrado no trabalho por conta própria (24.4%) para os pais e (16.3%) para as mães.

Gráfico 4: Grupo ocupacional dos pais dos estudantes do ensino superior



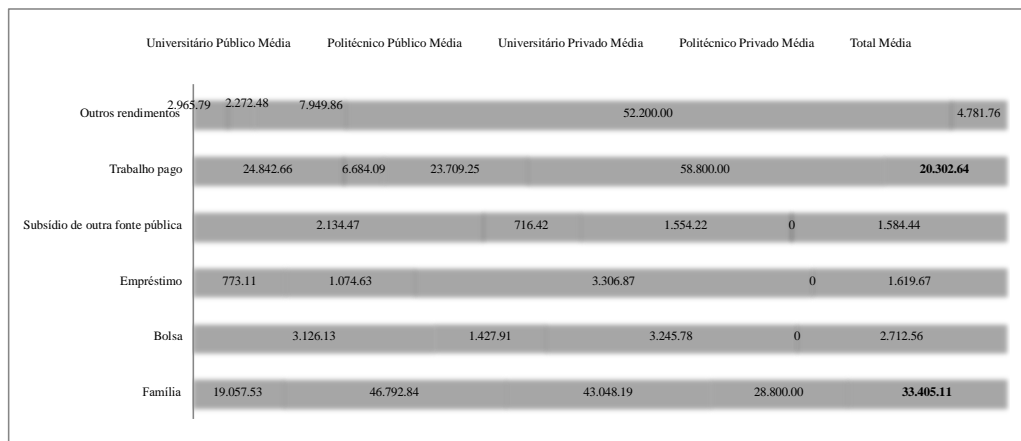
Fonte: Autor

5 FONTES DE RENDIMENTOS

5.1 RENDIMENTOS ANUAIS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Anualmente os rendimentos para custear os estudos são proveniente da maior fonte que é a família e apresentam valores em média de 33.405.11 MT. Segue-se o trabalho remunerado com uma média anual de 20.302.64 MT, como se pode ver no gráfico a seguir.

Gráfico 5: Rendimentos anuais dos estudantes do ensino superior por tipo de renda e por sector e tipo de ensino

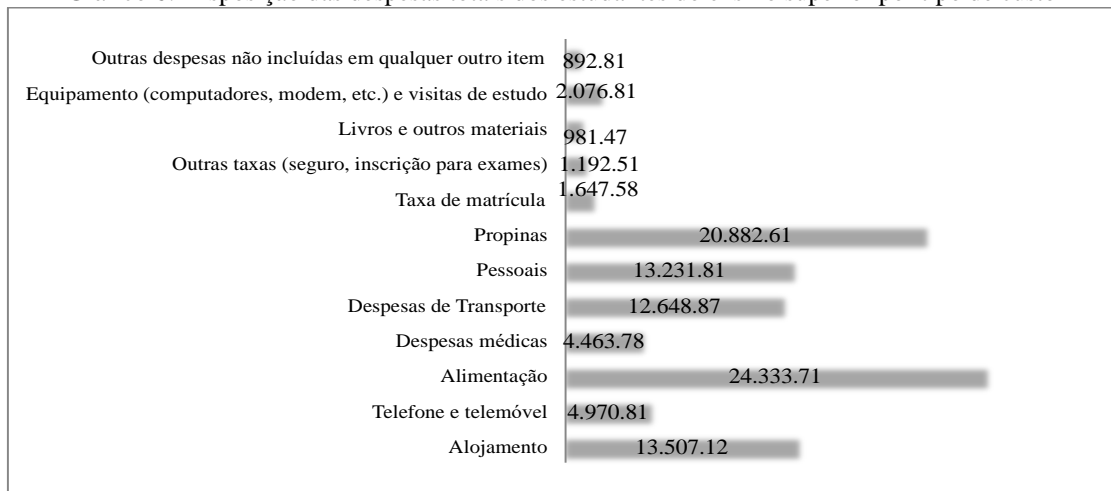


Fonte: Autores

6 CUSTOS COM A EDUCAÇÃO E DE VIDA DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Nas despesas totais com os custos de estudos e de vida os estudantes revelam ter maiores gastos em média com a alimentação (24.333.71 MT), depois com as propinas ou mensalidades (20.882.61 MT), alojamento (13.507.12 MT), despesas pessoais (13.231.81 MT) e transporte (12.648.87 MT).

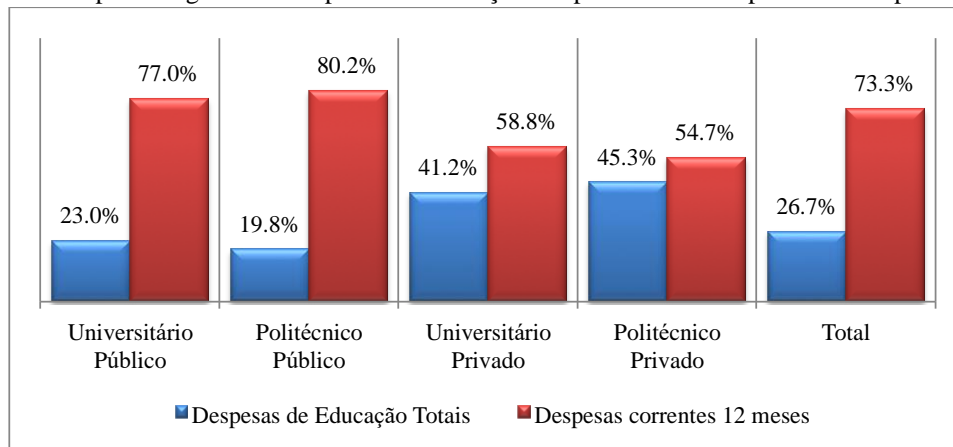
Gráfico 6: Disposição das despesas totais dos estudantes do ensino superior por tipo de custo



Fonte: Autores

Estes gastos quando convertidos em valores percentuais e comparados entre eles, conforme se vê no gráfico abaixo, mostram que os estudantes gastam mais com as despesas correntes (73.3%) em relação as despesas de educação (26.7%).

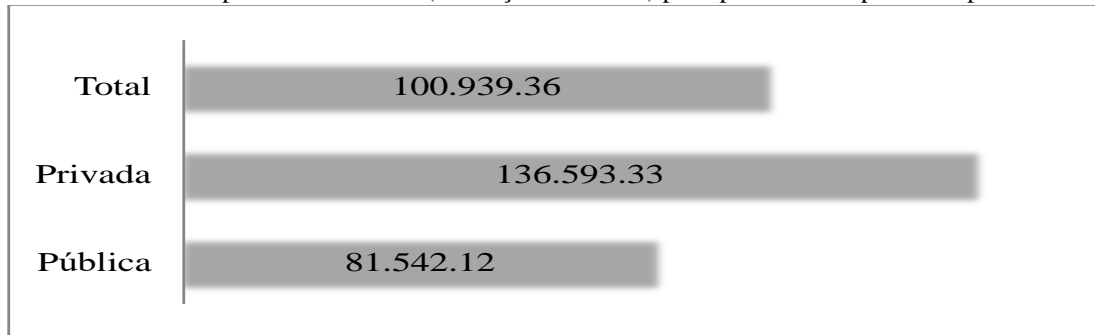
Gráfico 7: As percentagens das Despesas de Educação/Despesas Correntes por sector e tipo de ensino



Fonte: Autores

Entretanto, quando acoplado os custos dos estudantes quer com as despesas de educação quer com os de vida conforme o gráfico que se segue. Os dados mostram que para os estudantes que se encontram a frequentar o ensino privado os gastos totais são maiores (136.593.33 MT), contra (81.542.12 MT) dos estudantes do público. O valor total em média para as despesas com a educação e de vida rondam acima de 100.000.00 MT por ano.

Gráfico 8: Despesas totais anuais (Educação e de Vida) por tipo de ensino público e privado



Fonte: Autores

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura mostra a necessidade das políticas no financiamento do ensino superior tomar em consideração as questões relacionadas com os custos para a frequência do ensino superior não somente os custos diretos de estudos como é muito comum, mas também os custos indiretos de subsistência dos estudantes na partilha de custos. E também a necessidade de tomar em consideração as condições socioeconômicas da maioria das famílias de forma a não criar espaço para a exclusão social e permitir que o acesso ao ensino superior seja efetivo.

Esta pesquisa foi relevante porque pode apresentar a opinião dos estudantes que se encontram a frequentar o ensino superior na provincial de Gaza em relação as suas condições socioeconômicas, as suas principais fontes de financiamento e os custos que os mesmos têm acarretado para frequentar o ensino superior.

Os resultados mostram que os custos de vida/subsistência tendem a ser muito mais elevados que os custos de estudos, principalmente para os estudantes que se encontram a frequentar o ensino superior privado.

Nas despesas dos estudos, a que destacar o peso das propinas como a segunda maior despesa anual que os estudantes têm tido para frequentarem o ensino superior.

E quando conjugadas as duas despesas, quer de estudo, quer de vida, fica claro o esforço das famílias sendo a principal fonte de financiamento dos estudantes no ensino superior a avaliar pela opinião feita pelos estudantes em relação aos rendimentos dos seus agregados familiares que na sua maioria são médios e baixos, segundo os mesmos dão para viver mas com dificuldades e o grupo ocupacional dos pais que são na sua maioria domésticos.

E os resultados mostram também que, apesar da maioria dos encarregados dos estudantes não terem muita instrução em termos de habilitações literárias, percebe-se a atitude das famílias e dos próprios estudantes na busca por melhores oportunidades a partir da formação superior como forma de evitar as questões de reprodução social.

REFERENCIAS

- Barr, N. (2007). Financing higher education: Lessons from developed economies, options for developing economies. In *Regional Bank Conference on Development Economics* (p. 41). Beijing: World Bank. Retrieved from <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.606.9214&rep=rep1&type=>.
- Backer, G. S. (1993). *Human Capital: Teoritical and Empirical Analysis with Special Reference to Education*, 3a ed. New York: The University of Chicago.
- Cabrito, B. G. (2004). *O financiamento do ensino superior em Portugal: entre o Estado e o mercado*. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 977-996, Especial - Out. Retrieved from <http://www.cedes.unicamp.br>.
- Cerdeira, M. L. (2008). *O Financiamento do Ensino Superior Português. A partilha de custos*. Faculdade de Lisboa. Retrieved from http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/973/1/17269_TeseLuisaCerdeira2Abril2009.
- Chevallier, T. e Eicher, J-C. (2002). *Higher Education Funding: A Decade of Changes Higher Education in Europe*, Vol. XXVII, Nos. 1-2, 2002, pp. 89-99.
- Direção Nacional do Ensino Superior (2018). *Importância da Avaliação para a garantia de qualidade: Caso de Moçambique*. Tema apresentado na Pré Conferência da Forges em Novembro de 2018, pela Diretora Nacional do Ensino Superior em Moçambique.
- Eicher (1998). *The Costs and Financing of Higher Education in Europe*. *Europena Journal of Education*, Vol. 33, N° 1, pp. 31-39.
- Hauptman, A. (2007). Higher Education Finance: Trends and Issues. In *International Handbook of Higher Education* (pp. 83-106). Dordrecht: Springer.
- Fonteyne & Jongbloed (2018). *Implementing the Strategy for financial reform of higher education in Mozambique (EFES)*. Enschede: Cheps-Center of Higher Education Policy Studies.
- Johnstone, D. B. (2001). *Student Loans in International Perspective: Promises and Failures, Myths and Partial Truths*. Retrieved from <http://ahero.uwc.ac.za/index.php?module=cshe&action=downloadfile&fileid=81806115511848321656696%0D%0D>.
- Johnstone, D. B. (2001a). The Economics and Politics of Cost Sharing in Higher Education: Comparative Perspectives. Retrieved from <http://gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/>.
- Johnstone, D. B. (2005). Higher Educational Accessibility and Financial Viability: The Role of Student Loans. Barcelona. Retrieved from <http://gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/>.
- Johnstone, D. B. & Marcucci, P. N. (2010). *Financing Higher Education Worldwide: Who Pays? Who Should Pay?*. Retrieved from <https://eric.ed.gov/?id=ED528605>.
- Johnstone (2014) *Financing Higher Education: Worldwide Perspectives and Policy Options*. Retrieved from <http://gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/>.

Kovács, I. (2006). Novas Formas de Organização do Trabalho e Autonomia no Trabalho. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n° 52, 2006, pp. 41-65. Retrieved from <https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Kovacs2006>.

Lei número 4/83, 23 de Março de 1983. Sistema Nacional de Educação. Marcucci, P. N., & Johnstone, D. B. (2007). Tuition Fee Policies in a Comparative Perspective: Theoretical and Political Rationales. *Journal of Higher Education Policy and Management*, 29(1), 25–40. <http://doi.org/10.1080/13600800600980015>.

Ogachi I. O. (2011). *Neo-liberalism and the Subversion of Academic Freedom from Within: Money, Corporate Cultures and ‘Captured’ Intellectuals in African Public Universities*. *JHEA/RESA* Vol. 9, Nos. 1 & 2, 2011, pp. 25–47.

Schultz, T. W. (1961). *Investment in Human Capital*. *The American Economic Review*, Vol. 51, N° 1, Mar., pp. 1-17.

Tekleselassie, A. A., & Johnstone, D. B. (2004). Means Testing: The Dilemma of Targeting Subsidies in African Higher Education. *Journal of Higher Education in Africa / Revue de L’enseignement Supérieur En Afrique*, 2(2), 19.

Vossensteyn, H. & Jong, U. (2006). Cost-sharing and Accessibility in Higher Education: A fairer Deal? In J. j Teixeira, Pedro, Johnstone, Bruce, Rosa, Maria, Vossensteijn (Ed.), *Dordrecht* (Vol. Springer, pp. 1–18). Dordrecht: Springer. <http://doi.org/10.1007/978-1-4020-4660-5>.

Vossensteyn, H. (2009). Challenges in student financing: State financial support to students: A worldwide perspective. *Higher Education in Europe*, 34(2), 171–187. Retrieved from <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03797720902867294?journalCode=chee> 20.

Woodhall, M. (2004). Student Loans: Potential, Problems, and Lessons from International Experience. *JHEA/RESA*, 2(2), 37–51. Retrieved from <https://www.codesria.org/IMG/pdf/3-woodhall>.

Woodhall, M. (2007). *Funding Higher Education: The Contribution of Economic Thinking to Debate and Policy Development*. (T. W. Bank, Ed.). Washington, D.C. Retrieved from http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/278200-1099079877269/547664-1099079956815/Funding_HigherEd_wps8.

Zezeza, P. T. (2016). *The Transformation of Global Higher Education, 1945–2015*. New York: Palgrave Macmillan.